



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO ESPECIAL PARA O PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 579/2023

PARECER EM TURNO ÚNICO

VOTO DA RELATORA

I - RELATÓRIO

Foi apresentado pelos vereadores Braulio Lara, Bruno Pedralva, Cida Falabella, Ciro Pereira, Cleiton Xavier, Fernanda Pereira Altoó, Gabriel, Henrique Braga, Irlan Melo, Iza Lourença, Jorge Santos, Loíde Gonçalves, Marcela Trópia, Pedro Patrus, Ramon Bibiano da Casa de Apoio e Sérgio Fernando Pinho Tavares o Projeto de Resolução nº 579/2023, que *"Susta os efeitos da Portaria SUMOB nº 008/2023, de 19 de abril de 2023 que "Dispõe sobre o reajuste das tarifas do Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros por Ônibus do Município de Belo Horizonte e dá outras providências" dentre outros."*

Distribuída a proposição em avulsos e observado o prazo regimental previsto no art. 128, § 1º, III, "c", do Regimento Interno, fui designada relatora para a matéria, condição em que passo a emitir o meu parecer, nos termos em que a seguir se passa a expor.

II - DA ANÁLISE JURÍDICA DA PROPOSIÇÃO

O Projeto de Resolução nº 579/2023 tem por objetivo sustar as Portarias SUMOB Nº 008/2023, SUMOB Nº 009/2023, SUMOB Nº 010/2023, da Superintendência de Mobilidade do Município de Belo Horizonte - SUMOB, que determinaram o aumento das tarifas do Transporte Coletivo de Passageiros por Ônibus, do Serviço de Transporte Suplementar de Passageiros e do Serviço de Táxi-Lotação.

O controle preventivo de constitucionalidade pelo Poder Legislativo envolve a análise da compatibilidade da proposição legislativa com as regras e princípios previstos pela Constituição, nos aspectos formal e material.

A análise de constitucionalidade é fundamental para que seja resguardada a reserva de competência e separação de poderes assegurada na Constituição Federativa da República do Brasil, que determina, em seu artigo 2º, a independência e harmonia dos poderes legislativo, executivo e judiciário.

Quanto à competência legislativa, o projeto insere-se no âmbito de competência do Legislativo Municipal, conforme disposto na CFRB/88:

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

(...)

V - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

CFRB DIRLEG-17/mar/23-14.26.08-002910-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Da mesma forma é o entendimento do Egrégio Supremo Tribunal Federal, conforme se vê:

"Possibilidade de fiscalização normativa abstrata (...). O decreto legislativo, editado com fundamento no art. 49, V, da CF, não se desveste dos atributos tipificadores da normatividade pelo fato de limitar-se, materialmente, à suspensão de eficácia de ato oriundo do Poder Executivo. Também realiza função normativa o ato estatal que exclui, extingue ou suspende a validade ou a eficácia de uma outra norma jurídica. A eficácia derogatória ou inibitória das consequências jurídicas dos atos estatais constitui um dos momentos concretizadores do processo normativo. [ADI 748 MC, rel. min. Celso de Mello, j. 1º-7-1992, P, DJ de 6-11-1992.]"

Por observância ao princípio da simetria de normas, que exige uma relação simétrica entre os institutos jurídicos da Constituição Federal e os do Município, a Lei Orgânica de Belo Horizonte dispõe que:

"Art. 84 - Compete privativamente à Câmara Municipal:

(...)

XX - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar;"

No tocante à iniciativa para deflagrar o processo legislativo, a reforma pretendida deve observar o quorum de um terço dos membros da Câmara para apresentação (art. 127-A, § 1º, do Regimento Interno), estando satisfeito esse requisito.

O projeto tampouco fere dispositivo infraconstitucional ou regimental, estando redigido de forma clara e com observância à técnica legislativa, atendendo portanto ao disposto no art. 99 do Regimento Interno.

Assim, no aspecto jurídico, conclui pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Resolução nº 579/2023.

III – DA ANÁLISE DE MÉRITO

A sustação das portarias se faz medida necessária considerando que as mesmas apresentam vícios de constitucionalidade e de legalidade, conforme exposto a seguir:

As portarias SUMOB nº 008, 009 e 10/2023 foram editadas pelo Superintendente de Mobilidade Urbana, sem delegação do Chefe do Poder Executivo Municipal. Os contratos de concessão de transporte público determinam que "o reajuste da tarifa será homologado pelo PODER CONCEDENTE que o publicará no DOM, até o dia 28 de dezembro de cada ano". Considerando o exposto, a medida adotada pelo Executivo Municipal não é cabível, não cabendo criar direitos e obrigações por meio de portaria.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ainda, quanto a Portaria SUMOB nº 008/2003, esta estabelece benefício de gratuidade sem Lei preexistente e sem previsão no regulamento dos serviços, o que extrapola os limites do poder regulamentar do Executivo, destinado a explicitar o teor das leis, preparando sua execução e completando-as, se for o caso.

Uma vez tendo o Poder Executivo extrapolado o seu poder regulamentar, é função do Legislativo sustar tal ato, como já pacificou o Egrégio Supremo Tribunal Federal:

"O abuso de poder regulamentar, especialmente nos casos em que o Estado atua contra legem ou praeter legem, não só expõe o ato transgressor ao controle jurisdicional, mas viabiliza, até mesmo, tal a gravidade desse comportamento governamental, o exercício, pelo Congresso Nacional, da competência extraordinária que lhe confere o art. 49, V, da Constituição da República e que lhe permite "sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar (...)". Doutrina. Precedentes (RE 318.873 AgR/SC, rel. min. Celso de Mello, v.g.). Plausibilidade jurídica da impugnação à validade constitucional da Instrução Normativa STN 1/2005. [AC 1.033 AgR-QO, rel. min. Celso de Mello, j. 25-5-2006, P, DJ de 16-6-2006.]"

Por todo o exposto, considerando que as portarias apresentam diversos vícios de constitucionalidade e legalidade, opino pela aprovação do projeto de resolução.

IV - CONCLUSÃO

Diante do exposto, opino pela **Constitucionalidade, legalidade e regimentalidade**, e, no mérito, pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Resolução nº 579/2023.

Belo Horizonte, 15 de maio de 2023.

Vereadora Loíde Gonçalves
Podemos/MG